

A MICROFÍSICA DA POLÍTICA GRAMSCIANA

Victor Leandro C. Gomes

UFF – Campos dos Goytacazes

victor.gomes76@gmail.com

(21) 9811-1908

Resumo: Enquanto crítica da política, a concepção teórica gramsciana trabalha o real a partir de categorias que se elevam do abstrato ao concreto, da aparência à essência, do singular ao universal. Para nós, uma reflexão muito próxima à feita pelo filósofo francês Michel Foucault no que tange às relações de poder, em suas extremidades, que aparecem como um veículo permanente de dominação e sujeição. Melhor dizendo, enquanto Foucault interessa-se em examinar o poder “em seus últimos lineamentos, onde ele se torna capilar, ou seja, tomar o poder em suas formas e em suas instituições mais regionais, mais locais”; Gramsci, analogamente, propõe analisar a política como uma atividade onipresente, na qual se encontra o compromisso com a interpretação dos processos sociais, o desvendamento das desigualdades da sociedade capitalista, o caráter da luta de classes, tanto sob a ótica burguesa quanto das massas trabalhadoras, marcando as possibilidades históricas de cada uma no curso de construção da hegemonia. A estrutura, a força exterior que esmaga o homem, que o torna passivo, modifica-se em alternativa de liberdade, em instrumento para criar uma nova forma ético-política que se consolidaria, paulatinamente, nas inúmeras (micro)camadas da sociedade e não apenas nas esferas máximas de poder.

**“Bem tentais não vos ocupar de política,
mas a política ocupa-se de vós”.**

Charles de Montalembert

Se o século XIX e boa parte do XX foram os períodos das utopias, das promessas comunitárias, da política do futuro; o século XXI começa sob a supremacia do pensamento único. Seria um abismo criado para a própria política? Na verdade, a idéia de futuro está sendo posta à prova. Vivemos uma espécie de presente eterno, tudo transcorre seguindo as leis do volátil, do fugaz, do efêmero, um incessante “mais do mesmo”. Isso acontece não somente em nossa vida cotidiana, mas também expõe a falência da imaginação criadora, incapazes que somos de formar uma representação homogênea do mundo, que incorpore dados antigos e novos da experiência.

A crise da política no nosso tempo não é inteligível sem ser referida ao enquadramento social mais vasto do qual a própria política é parte integrante. Isto quer

dizer que para se conseguir clarificar a natureza da crise política persistente no mundo não devemos ignorar a crise do próprio sistema capitalista. O rompimento pós-moderno com toda e qualquer condição precedente – caracterizado por um processo contínuo de fracionamento de identidades – libertou o indivíduo de seus apoios estáveis nas tradições e nas estruturas.

O discurso em voga da “autonomia individual”, do indivíduo isolado, contribui objetivamente para a proteção da ordem estabelecida. Não é necessário dizer que nessa situação a atividade humana não pode proporcionar a plena realização individual. Estamos diante, nas palavras de Zygmunt Bauman, de uma época “pós-utópica” onde não atentamos para a temeridade de trocar a preocupação com o bem público pela liberdade de buscar a satisfação pessoal. A chamada *vita activa* não pode adquirir uma significação moral a menos que reconheça suas realizações como sendo uma “preocupação comum”.

Boa parte da força intelectual do filósofo italiano Antonio Gramsci parece residir numa perspectiva metodológica singularmente fora de moda nesse mundo fragmentado em que vivemos. Sua forma de abordar a realidade recusa separar a política da sociologia, da economia e da cultura; e confere centralidade à história das idéias, vista sempre em conexão com o desenvolvimento das forças reais da sociedade. Longe de considerar a política uma atividade nobre, ocupada apenas com a engenharia das instituições e o aprimoramento dos governantes, ele a concebe como ação relativa à plebe, com pés e mãos atados na contradição e, não obstante, ambiciosa.

O pensamento gramsciano tem sido abordado das mais variadas maneiras, seja em ambientes acadêmicos, seja nos meios políticos. Se, por um lado, Gramsci é analisado como um pensador reformista; por outro, é elaborador de uma teoria revolucionária de ocupação de trincheiras no interior do aparelho de Estado. Parece-nos relevante sinalizar que na presente abordagem, Gramsci será tomado como um pensador marxista cuja obra é perpassada por uma concepção de política não como simples reflexo do econômico, mas como esfera mediadora fundamental entre a ordem produtiva capitalista e a possibilidade da transformação dessa visão de mundo, com a elevação das condições de vida das classes subalternas incluindo-as no processo produtivo, excluídas que sempre foram dos processos histórico-sociais.

Enquanto crítica da política, a concepção teórica do filósofo italiano trabalha o real a partir de categorias que se elevam do abstrato ao concreto, da aparência à essência, do singular ao universal. Para nós, uma reflexão muito próxima à feita pelo filósofo francês Michel Foucault no que tange às relações de poder, em suas extremidades, que aparecem como um veículo permanente de dominação e sujeição. Melhor dizendo, enquanto Foucault interessa-se em examinar o poder “em seus últimos lineamentos, onde ele se torna capilar, ou seja, tomar o poder em suas formas e em suas instituições mais regionais, mais locais(...)”¹; Gramsci, analogamente, propõe analisar a política como uma atividade onipresente, na qual se encontra o compromisso com a interpretação dos processos sociais, o desvendamento das desigualdades da sociedade capitalista, o caráter da luta de classes, tanto sob a ótica burguesa quanto das massas trabalhadoras, marcando as possibilidades históricas de cada uma no curso de construção da hegemonia. A estrutura, a força exterior que esmaga o homem, que o torna passivo, modifica-se em alternativa de liberdade, em instrumento para criar uma nova forma ético-política que se consolidaria, paulatinamente, nas inúmeras (micro)camadas da sociedade e não apenas nas esferas máximas de poder.

Foucault tem como tema central a questão do poder nas sociedades capitalistas: a sua natureza; seu exercício em instituições; sua relação com a produção da verdade e as resistências que suscita. O método genealógico desenvolvido pelo filósofo francês evidencia a existência de formas de práticas de poder diferentes do Estado, a este articuladas e indispensáveis à sua sustentação e atuação eficaz. E na medida em que o poder não está localizado exclusivamente no aparelho estatal, Foucault atesta que “nada mudará a sociedade se os mecanismos de poder que funcionam fora, abaixo e ao lado dos aparelhos de Estado a um nível muito mais elementar, cotidiano, não forem modificados”².

Do ponto de vista metodológico, uma das principais precauções de Foucault foi justamente procurar dar conta deste nível molecular de exercício do poder sem partir do centro para a periferia, do macro para o micro. Tipo de análise que ele próprio chamou de “descendente”, no sentido em que deduziria o poder partindo do Estado e procurando ver até onde ele se prolonga nos escalões mais baixos da sociedade. Não se tratava, porém, de minimizar o papel do Estado nas relações de poder existentes em determinadas sociedades.

¹ FOUCAULT, Michel. *Em Defesa da Sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 32.

² *Idem. Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

O que o filósofo francês pretendia era se insurgir contra a idéia de que o Estado seria o órgão central e único de poder, ou de que a inegável rede de poderes das sociedades seria um simples prolongamento, dos efeitos da ação estatal; o que seria destruir a especificidade dos poderes que a análise pretendia focalizar.

O Estado não é o ponto de partida necessário que estaria na origem de todo tipo de poder social e do qual também se deveria partir para explicar a constituição dos saberes nas sociedades capitalistas. Foi muitas vezes fora dele que se instituíram as relações de poder essenciais para situar a genealogia dos saberes modernos, os quais com tecnologias próprias e relativamente autônomas foram investidas, utilizadas, transformadas por formas mais gerais de dominação concentradas no aparelho estatal.

Tal visão foucaultiana da distinção de níveis macro e micro do exercício de poder guarda certa semelhança com a visão gramsciana de política que também se estrutura em planos periféricos, cotidianos, conduzida não apenas por intelectuais tradicionais considerados como “donos da verdade” ou detentores de uma universalidade inquestionável, mas por um outro tipo de intelectual que orienta a sua perspectiva política pela ligação entre teoria e prática.

A poderosa ênfase cultural que a idéia de hegemonia adquiriu na obra de Gramsci combinou-se com a sua aplicação teórica para as classes dominantes tradicionais e produziu uma nova teoria marxista sobre os intelectuais. Como já mencionado, uma das funções prioritárias destes últimos é a de mediar a prevalência das classes exploradoras sobre as classes exploradas por meio dos sistemas ideológicos, dos quais eles são os agentes organizadores. Gramsci define o intelectual de uma perspectiva bastante abrangente, de modo a incluir todos aqueles que têm uma função organizacional no sentido amplo. Todos os seres humanos, a seu ver, possuem capacidades racionais e intelectuais, embora somente alguns tenham uma função intelectual na sociedade³.

Todavia, aquilo que dá sentido e articulação a todas as investigações históricas e reflexões filosóficas gramscianas é a *política*. Para compreender isso é essencial antes de

³ O ponto de partida das anotações teóricas que Gramsci desenvolveu no cárcere foi, segundo suas próprias palavras, o estudo da função política dos intelectuais. Ele classifica os intelectuais em “orgânicos”, dos quais qualquer classe progressista necessita para organizar uma nova ordem social, e intelectuais “tradicionais”, comprometidos com uma tradição que remonta a um período histórico mais antigo. Define, como já assinalado, o intelectual mediante uma perspectiva bastante ampla, de modo a incluir todos aqueles que têm uma função organizacional no sentido lato, não restringindo tal ofício a uma elite pensante.

tudo entender o que Gramsci pretende significar com a noção de política. O pensador italiano usa esse conceito em dois sentidos: um amplo, denominado “grande política”, e outro restrito, caracterizado por “pequena política”⁴. Em sua acepção ampla, Gramsci identifica “política” com liberdade, com universalidade, com toda forma de práxis que supera a mera recepção passiva e se orienta conscientemente para a totalidade das relações subjetivas e objetivas. Segundo esta interpretação, todas as esferas do ser social são atravessadas pela política, contendo-a como elemento real ou potencial ineliminável. Poderemos apreender isso melhor se observarmos que, nessa acepção ampla, política em Gramsci é sinônimo de “catarse”. Em outras palavras, seria “catártico” o momento no qual a classe deixa de ser um puro fenômeno econômico, graças à elaboração de uma vontade coletiva, para se tornar sujeito consciente da história. Valendo-se disso, pode-se dizer que *toda* forma de práxis, inclusive a que não se relaciona diretamente com a formação da consciência e da ação política das classes, implica na potencialidade do “momento catártico”, ou seja, na possibilidade da passagem da consciência particularista (autocentrada) para a consciência universal.

Em sua significação restrita, o conceito de política aparece em Gramsci no seu sentido habitual, isto é, como o conjunto de práticas e de objetivações que se referem diretamente ao Estado, às relações de poder entre governantes e governados. Se, em sua primeira acepção, “catártica”, a política pode ser considerada como incapaz de ser suprimida da estrutura ontológica do (ser) social, a segunda aparece, ao contrário, como algo dialeticamente superável, ou historicamente transitório⁵.

É por meio deste conceito ilimitado e, simultaneamente, minucioso de política que Gramsci vislumbra a possibilidade de transformação plena da sociedade. Contudo, para chegar a este momento, é preciso suplantar o corporativismo, a visão individualista e limitada, o “senso comum”, que desconhece os valores próprios da hegemonia e de sua perspectiva totalizante. Somente elevando-se ao plano ético-político, atingindo o “bom senso”, as classes subalternas conseguirão imprimir à própria ação caracteres socialmente

⁴ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere - Volume 3: Maquiavel, notas sobre o Estado e a política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 21-22.

⁵ Uma vez mais somos tentados a lembrar – apenas de passagem – que esse arcabouço conceitual gramsciano no que tange a noção de *política*, em suas versões “ampla” e “restrita”, muito se assemelha ao método genealógico concebido por Foucault para dar conta da idéia de *poder*, em suas manifestações “macro” e “micro”.

universais e qualitativamente integrais. Isso denota, ainda, a elevação da vida cultural-política daqueles estratos sociais que, antes de obtê-la, viviam passivamente e, portanto, não haviam superado o limiar da consciência histórica. Sair da passividade, para Gramsci, é deixar de aceitar a subordinação que a ordem capitalista impõe a grandes faixas da população, é deixar de ser um mero “joguete” dos interesses das classes dominantes.

A necessidade da classe operária ir além de seus interesses corporativos e o papel político da cultura e da ideologia permanecem como temas constantes na obra gramsciana. Gramsci saudou a Revolução Russa como um grande evento histórico, que, entre outras coisas, invalidava qualquer leitura de Marx que pudesse sugerir que a revolução tinha de aguardar o pleno desenvolvimento das forças capitalistas de produção, constituindo um exemplo de mudança social efetuada pela massa da sociedade e não por uma elite política. Ao longo do pensamento gramsciano, a efetiva transformação social define-se como a expansão do controle democrático pelas massas.

Gramsci define o projeto histórico político do proletariado como a criação de uma *sociedade regulada* em que a hegemonia e a sociedade civil⁶, ou seja, a área do consentimento, expande-se plenamente, e a sociedade política, ou área de coerção, restringe-se. Neste sentido, cabe recuperar a assimilação gramsciana das idéias de Lênin, sempre lembrando que, principalmente no período de seu amadurecimento intelectual, Gramsci *não nega* todas as conquistas do leninismo, mas *conserva* seu núcleo central ao mesmo tempo em que o *desenvolve*⁷.

Observando atentamente o desenvolvimento da reflexão gramsciana, é possível notar os avanços da política sem atropelos ou intempestividades. Percebe-se a prática política cotidiana, nos mais variados setores sociais, disseminando-se, ganhando força e plenitude até fundamentar um sistema de governo cujo processo produtivo estaria a cargo dos trabalhadores, ou seja, uma sociedade onde prevalecesse à vontade nacional-popular. Para Gramsci, a vida social é produto da ação dos homens na qual consciência e aspiração aparecem como fatores decisivos na transformação do real, sem deixar de levar em conta,

⁶ Gramsci distingue, repetidas vezes, sociedade civil e Estado. Desta forma, o pensador italiano, não obstante a identidade da terminologia, se diferencia de Marx, para quem a sociedade civil compreende a esfera de relações econômicas pertencente, portanto, ao nível da estrutura. Gramsci remete a sociedade civil ao plano superestrutural da elaboração das ideologias e das técnicas de consenso, ou seja, todo o complexo das relações ideológico-culturais a que deu particular relevo ao longo de suas reflexões políticas.

⁷ COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. p. 84.

no entanto, as condições históricas objetivas que existem independentemente da consciência e da vontade humanas.

Gramsci parece estar convencido de que para se tornar “classe dirigente”, para triunfar naquela estratégia mais complexa de longo alcance, o proletariado não pode se limitar a controlar a produção econômica, mas deve ainda exercer sua direção político-cultural sobre o conjunto de forças sociais que, por essa ou aquela razão, se opõem ao capitalismo⁸.

A carreira de atividade e de luta política fez de Gramsci uma figura singular como teórico. Suas idéias sobre política moldaram-se por vias diretas, visto que se desenvolveram a partir de suas experiências políticas, repressão e das privações sofridas. Para o intelectual italiano, o marxismo não é simplesmente uma ciência cujos conceitos devem ser definidos e desenvolvidos de maneira rigorosa e lógica, nem meramente uma perspectiva bem pensada para dar sentido ao mundo, mas uma teoria política voltada à emancipação das classes subalternas. Nesse sentido, o marxismo é, acima de tudo, uma teoria que guia, incita e influencia, enquanto monitora e constrói a revolução socialista da classe operária.

Gramsci dá preferência a uma interpretação teórica que enfatize o papel fundamental desempenhado pela condição humana na mudança histórica, que seja mais voluntarista diante da sua concepção de vida social e que se concentre na estrutura e na direção da classe. Se retomarmos a comparação entre o pensador italiano e Michel Foucault perceberemos uma outra semelhança no que se refere à maneira que ambos compreendem a utilidade de uma teoria. De acordo com Foucault:

“A teoria não expressará, não traduzirá não aplicará uma prática; ela é a prática. (...) Luta contra o poder, luta para fazê-lo aparecer e feri-lo onde ele é mais invisível e mais insidioso. Luta não para uma ‘tomada de consciência’ (há muito tempo que a consciência como saber está adquirida pelas massas e que a consciência como sujeito está adquirida, está ocupada pela burguesia), mas para a destruição progressiva e a tomada do poder ao lado de todos aqueles que lutam por ela, e não na retaguarda, para esclarecê-lo. Uma ‘teoria’ é o sistema regional desta luta”⁹.

Ainda que filósofo francês tenha se declarado um marxista “não por escolha ou

⁸ *Idem. Ibidem.* p. 64-65.

⁹ FOUCAULT, Michel. (1979). *Op. Cit.* p. 71.

intenção, mas por inevitabilidade histórica”¹⁰, ele pode ser situado dentro de uma prática discursiva fundada pelo marxismo. É o que também supõe Frank Lentricchia, ao classificar a relação de Marx e Foucault como marcada pela diferença, discordância e rivalidade, bem como (e ao mesmo tempo) pela analogia, homenagem e continuidade – em outras palavras, relaciona-os “como pai e filho”¹¹.

Considerando, portanto, Foucault e Gramsci como “filhos do mesmo pai” o poder opressivo imposto pela dinâmica capitalista se transforma num inimigo comum a ser combatido pelos dois autores. Foucault está convencido de que na luta contra a exploração:

“(…) O proletariado não apenas conduz a luta, mas define os alvos, os métodos, os lugares e os instrumentos de luta; aliar-se ao proletariado é unir-se a ele em suas posições, em sua ideologia; é aderir aos motivos de seu combate, é fundir com ele. Mas se é contra o poder que se luta, então todos aqueles sobre quem o poder se exerce como abuso, todos aqueles que o reconhecem como intolerável, podem começar a luta onde se encontram e a partir de sua atividade (ou passividade) própria. E iniciando a luta – que é a luta deles – de que conhecem perfeitamente o alvo e de que podem determinar o método, eles entram no processo revolucionário. Evidentemente como aliado do proletariado pois, se o poder se exerce como ele se exerce, é para manter a exploração capitalista”¹².

Atento a esta exploração capitalista, Foucault considera, ainda, a apropriação disciplinar do espaço e do tempo do trabalhador – através da manipulação e controle detalhados tanto do corpo quanto da mente deste – como uma proposta que produz nas fábricas, e em outras instituições, nada além de “zumbis submissos”, ou seja, a consciência seria minimizada em relação ao corpo.

Gramsci concebe tal disciplina como ainda mais constrangedora e acaba por fornecer o fundamento que Foucault necessitava, isto é, o espaço de resistência que não é mero reflexo de um poder anônimo que nos aflige. Refletindo sobre a mecanização do trabalho que as técnicas fordistas/tayloristas ajudaram a difundir, e as perspectivas terríveis de desumanização alcançadas, Gramsci se apropria até mesmo desta idéia de “disciplina” para mostrar que o marxismo deve ser percebido de maneira decisivamente distinta:

¹⁰ LENTRICCHIA, Frank. *Ariel and the Police: Michel Foucault, William James, Wallace Stevens*. Wisconsin: University of Wisconsin Press, 1988. p. 30.

¹¹ *Idem. Ibidem.*

¹² FOUCAULT, Michel. (1979). *Op. Cit.* p. 77.

“(…) Quando o processo de adaptação se completou, verifica-se na realidade que o cérebro do operário, em vez de mumificar-se, alcançou um estado de completa liberdade. Mecanizou-se completamente apenas o gesto físico; a memória do ofício, reduzido a gestos simples repetidos com ritmo intenso, ‘aninhou-se’ nos feixes musculares e nervosos e deixou o cérebro livre e desimpedido para outras ocupações. Do mesmo modo como caminhamos sem necessidade de refletir sobre todos os movimentos necessários para mover sincronizadamente todas as partes do corpo, de acordo com aquele determinado modo que é necessário para caminhar, assim também ocorreu e continuará a ocorrer na indústria com relação aos gestos fundamentais do ofício; caminhamos automaticamente e, ao mesmo tempo, podemos pensar em tudo o que quisermos. Os industriais norte-americanos compreenderam muito bem esta dialética presente nos novos métodos industriais. Compreenderam que ‘gorila amestrado’ é uma frase, que o operário ‘infelizmente’ continua homem e até mesmo, durante o trabalho, pensa mais ou, pelo menos, tem muito mais possibilidade de pensar, pelo menos quando superou a crise de adaptação e não foi eliminado; e não só pensa, mas o fato de que o trabalho não lhe dá satisfações imediatas, e que ele compreenda que se quer reduzi-lo a gorila amestrado, pode levá-lo a um curso de pensamentos pouco conformistas”¹³.

Recusando a redução da mente frente ao corpo, o filósofo italiano nos aponta uma base de resistência (uma consciência crítica) cujo maior interesse seria arrebatado um “pedaço” de poder com a prerrogativa de utilizá-lo para atacar os governantes.

Vemos que pontos intimamente relacionados como práxis coletiva opositora, trabalho coletivo nas fábricas e coerção sistemática parecem estabelecer uma espécie de comunicação entre as reflexões de Gramsci e Foucault.

O pensador francês, contudo, recusa-se a acreditar que o capitalismo desenvolverá suas próprias contradições dentro do processo coletivo de trabalho e que os trabalhadores, ainda que coletivizados, resistirão à dominação a que são submetidos por seus governantes. Enquanto Foucault ignora as possibilidades redentoras de cooperação criadas pelo modo de produção capitalista, podemos perceber nos escritos gramscianos dois objetivos subjacentes que derivam de suas experiências políticas e que alimentam sua tentativa de desenvolver o marxismo como teoria política de emancipação das classes subalternas. Ao combater o *economicismo* e o *determinismo* presentes em algumas abordagens marxistas, Gramsci

¹³ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere - Volume 4: temas de cultura, ação católica, americanismo e fordismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 272.

fornece uma doutrina das superestruturas capaz de reconhecer a autonomia, a independência e a importância da cultura e da ideologia.

Logo, a luta pela hegemonia não se trava apenas e tão somente no plano das instâncias econômica e política, mas também na esfera da cultura. A elevação cultural das massas assume importância decisiva neste processo, a fim de que possam libertar-se da pressão ideológica das velhas classes dirigentes e elevar-se à condição destas últimas. A batalha cultural apresenta-se como fator imprescindível ao processo de construção hegemônica, à conquista do consenso e da direção político-ideológica por parte das classes subalternas. Exercitá-la, consiste, também, na capacidade dos intelectuais e do partido político participarem da formação de uma nova concepção de mundo, de elaborarem uma proposta transformadora de sociedade partindo “da base”. Não havendo um avanço nesse processo, nem uma compreensão dessas mediações, que se colocam como fundamentais na apreensão do real, aquelas classes tendem a formar alianças com os setores tradicionais dominantes da sociedade.

Percebe-se a conjunção de alguns fatores para que as classes subalternas possam atingir uma nova visão de mundo que as conduza à condição de classe dominante. No entendimento de Gramsci, a particularidade do marxismo consiste em ser uma ciência que, ao mesmo tempo e conscientemente, serve de base para a construção de uma concepção de mundo, de uma práxis política. Neste sentido, a política gramsciana não deforma o real, mas indica um aspecto essencial, um momento da articulação entre subjetividade e objetividade, entre particular e universal. O pensador italiano, portanto, ao conceber a revolução como um projeto simultaneamente permanente e diário sustenta que a consciência revolucionária se expressa na convicção de que é possível um novo começo. Além disso, ela aparece como o berço de uma nova mentalidade, uma nova utopia, a qual é cunhada através de uma nova noção do tempo, de um novo conceito de política e de uma nova idéia de legitimação.